

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ

Estudo Técnico Preliminar 37/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08657.050608/2025-39

2. Descrição da necessidade

PRF-RJ: Fiscalização da Obra (retomada das obras de construção da Unidade Operacional da PRF em Japeri-RJ (UOP JAPERI)), situada no km 86+600, sentido Norte da BR 493, no município de Japeri, trecho denominado Arco Metropolitano.

2.1. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma instituição policial ostensiva federal brasileira, subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja principal função é a fiscalização e coordenação do sistema rodoviário federal, tendo como atribuição a prevenção e repressão de crimes, como também de condutas perigosas para a vida e o patrimônio da União.

2.2. As competências da PRF são definidas pela Constituição Federal no artigo 144, pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995 e pelo seu regimento interno.

2.3. Para bem cumprir sua missão institucional, a PRF tem sob sua responsabilidade para segurança viária e a prevenção e repressão qualificada ao crime mais de 75 mil quilômetros de rodovias e estradas federais em todos os estados brasileiros e nas áreas de interesse da União.

2.4. A **Rodovia Raphael de Almeida Magalhães**, popularmente conhecida como **Arco Metropolitano do Rio de Janeiro** (ou apenas como **Arco Metropolitano**), é uma autoestrada que foi construída no entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com a missão de desviar o intenso tráfego de veículos que apenas atravessam a cidade do Rio de Janeiro, diminuindo, assim, os congestionamentos nas principais vias de acesso à cidade.

2.5. Para tanto, considerando que a a PRF tem seu quadro de pessoal composto pelo cargo de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, e daqueles que compõem o Plano Especial de Cargos, de que trata a Lei nº 11.905, de 13 de janeiro de 2005, ou seja, não é contemplado por pessoal habilitado para atividade de engenharia.

2.6. Atualmente, a Unidade Operacional da PRF em Japeri/RJ (UOP Japeri) está funcionando de forma incompleta, prejudicando o seu correto funcionamento finalístico, qual seja, o de apoiar as ações de fiscalização e patrulhamento ostensivo das rodovias federais, devido às estruturas que não foram concluídas, como por exemplo: a cobertura de pista e acabamentos internos.

2.7. Considerando que a obra da Unidade Operacional da PRF em Japeri/RJ (UOP Japeri) atualmente não conta com empresa fiscalizadora em atividade, faz-se necessária a **contratação de nova empresa de engenharia** para dar continuidade à fiscalização da obra, abrangendo o percentual de execução ainda não fiscalizado. A contratação também se **destina à realização de medições, relatórios técnicos diários, semanais e mensais, elaboração dos relatórios de recebimento provisório e definitivo da obra, comissionamento, confecção do projeto “as built” e à análise técnica de eventuais pedidos de aditivo formulados pela empresa construtora.** Essa medida visa assegurar que o projeto seja conduzido de forma eficaz, segura e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela Administração.

2.8. A gestão e fiscalização contratual das obras e dos serviços de engenharia desempenham papéis fundamentais no asseguramento da eficiente execução dos serviços.

2.9. Essas atividades demandam não apenas a proficiência nas diretrizes de contratação delineadas no planejamento, mas também uma compreensão aprofundada da legislação aplicável para orientar os procedimentos e resolver potenciais contingências.

2.10. A condução efetiva da fiscalização de obra de engenharia constitui elemento crucial para atingir resultados exitosos, evitando situações que possam conduzir à inexecução ou a valores inexatos para pagamento do ente público.

2.11. A fiscalização de obras é realizada por órgãos governamentais ou por profissionais de engenharia e arquitetura, objetivando a garantia de que as obras sejam executadas de acordo com projetos e normas técnicas.

2.12. O fiscal de obras é responsável por garantir a qualidade e segurança da obra, reduzir custos, cumprir prazos, verificar se as obrigações contratuais estão sendo cumpridas e informar ao gestor do contrato sobre irregularidades.

2.13. Para tanto, apresentamos uma justificativa técnica para essa contratação:

- i) Especialização em fiscalização de obras: Empresas de engenharia especializadas em fiscalização de obras possuem experiência específica na supervisão e gerenciamento de projetos de construção. Isso inclui a compreensão das necessidades técnicas e funcionais exclusivas de instalações.
- ii) Conformidade com normas e regulamentos: A construção de uma unidade operacional policial envolve requisitos específicos de conformidade com normas de segurança e de acessibilidade. Uma empresa de engenharia experiente pode garantir que o projeto esteja em estrita conformidade com essas normas, auxiliando a instituição em cumprir os padrões operacionais exigidos.
- iii) Gestão de prazos e custos: A fiscalização de uma obra inclui o monitoramento constante de prazos e custos. Uma empresa de engenharia pode ajudar a controlar o cronograma da construção, identificando atrasos potenciais e tomando medidas corretivas oportunamente. Além disso, a fiscalização contribui para evitar desperdícios e desvios orçamentários.
- iv) Controle de qualidade: Garantir a qualidade dos materiais e da execução da obra é fundamental para o sucesso a longo prazo da instituição. A contratada realizará inspeções regulares para avaliar a qualidade dos trabalhos, identificar defeitos e garantir que as correções sejam feitas de acordo com as melhores práticas da engenharia.
- v) Segurança: A segurança durante a construção é de suma importância para prevenir acidentes e garantir o bem-estar dos trabalhadores e futuros usuários das instalações. A empresa de engenharia pode monitorar e garantir que as práticas de segurança adequadas sejam implementadas e cumpridas, reduzindo os riscos associados à obra.
- vi) Resolução de problemas técnicos: Durante uma obra, podem surgir desafios técnicos inesperados que requerem soluções especializadas. A equipe da empresa de fiscalização estará preparada para identificar esses problemas e propor soluções técnicas adequadas, garantindo que o projeto prossiga sem interrupções significativas.
- vii) Relatórios técnicos e documentação: A empresa de engenharia fornecerá relatórios técnicos detalhados sobre o progresso da obra, a qualidade do trabalho e as ações corretivas tomadas. Esses relatórios são essenciais para a tomada de decisões informadas e para a documentação do histórico da construção, o que pode ser útil em futuras auditorias ou avaliações.

2.14. Em resumo, a contratação de uma empresa de engenharia para retomada da obra de construção da Unidade Operacional da PRF em Japeri/RJ (UOP Japeri) também é um investimento técnico que visa assegurar que a construção seja realizada de acordo com os mais altos padrões de qualidade, segurança e conformidade regulatória.

2.15. Tal fato é fundamental para o sucesso da instituição, garantindo à sociedade segurança viária e pública, com ações de trânsito e prevenção e repressão de crimes, e a realização de um trabalho de excelência da Polícia Rodoviária Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SPRF-RJ	Vitor Almada da Costa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Este item do presente estudo foi elaborado de acordo com os preceitos do Art. 18, § 1º, III da Lei nº 14.133/2021, IN MPOG nº 05/2017 e artigo 9º, inciso I, da IN nº 58/2022:

- 4.1.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.
- 4.1.2. Requisitos normativos que disciplinam a contratação:
- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
 - b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
 - c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;

d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);

e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;

f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil

4.2. Da forma de seleção do fornecedor

4.2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento será o de MAIOR DESCONTO.

4.3. Da natureza dos serviços

4.3.1. Trata-se de serviço especial de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento material e equipamentos.

4.3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Requisitos para a contratação

4.4.1. Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar documentos a título de habilitação jurídica e qualificação técnica, nos termos do art. 62, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.2. Os profissionais indicados na fase de habilitação deverão participar da execução dos serviços até a conclusão final do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, em condições idênticas de disponibilidade e dedicação aos trabalhos, desde que comprovada a qualificação técnica exigida e aprovada pela Equipe de Fiscalização do contrato.

4.4.3. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.4.4. Para a presente contratação será elaborado Termo de Referência e serão disponibilizados projetos de engenharia com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

4.4.5. Todos os serviços necessários para a execução do empreendimento serão realizados no local da obra ("in-loco"), exceto a elaboração da documentação da atividade, como relatórios e demais.

4.4.6. A empresa contratada é responsável pelos custos de transporte de pessoal, equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços.

4.4.7. A execução de obra tem um período predeterminado para a sua conclusão, ou seja, a fiscalização da obra não contempla atividade auxiliar e essencial ao Órgão que deva ser executada de forma contínua e por período de longa duração.

4.4.8. A Contratada se obriga a ceder todos os direitos patrimoniais objeto da presente licitação, incluindo o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinente à concepção, desenvolvimento e meios de qualquer natureza, inclusive, responsável pela obrigação de efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA/CAU, quando couber.

4.4.9. Não é característico da contratação em tela a necessidade de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.4.10. O prazo de execução dos serviços será de 7 (sete) meses para medições, comissionamento, análise de possíveis aditivos por erro de projeto, recebimento provisório e definitivo, contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviço.

4.4.11. O prazo de vigência, será de 13 (treze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, incluído o prazo de execução citado no subitem anterior.

4.4.12. A prestação do serviço deve contemplar o gerenciamento de projeto, com próprio fornecedor designando profissional para fiscalização de obra e de conformidade de projetos.

4.4.13. O profissional designado para a tarefa deve comprovar experiência na área de gerenciamento de projetos ou obras, com atualização em campo com gerenciamento ou fiscalização.

4.5. Condições específicas de habilitação:

4.5.1. Como condição prévia à habilitação da participante, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta, entre outros aspectos descritos no Termo de Referência, devendo comprovar:

i) Qualificação Econômico-financeira:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

Considerando que o objeto desta contratação refere-se à prestação de serviços de **fiscalização de obras**, atividade que envolve responsabilidade técnica, riscos operacionais e necessidade de continuidade na execução contratual, faz-se necessária a verificação da capacidade econômico-financeira das licitantes, de forma a reduzir a probabilidade de interrupções ou inadimplementos que possam comprometer o interesse público.

Dessa forma, a exigência de apresentação do **Balanco Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais** tem por finalidade assegurar que a futura contratada possui **solidez financeira** compatível com os compromissos decorrentes da execução do contrato, garantindo a correta alocação de recursos públicos, a mitigação de riscos e a continuidade do serviço de fiscalização, atendendo aos princípios da **eficiência, economicidade e interesse público**.

ii) Qualificação técnica, Técnico-profissional e Técnico-operacional.

a) Apresentar registro de pessoa jurídica da empresa, junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sua Sede, vigentes e sem impedimento.

b) Comprovação de possuir em seu quadro técnico profissional de nível superior em Engenharia Civil, ou Arquiteto e Urbanista, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado no respectivo Conselho, com a comprovação de vínculo e/ou declaração de compromisso do profissional a ser contratado junto ao quadro técnico da empresa contratada.

c) Certidão de registro de pessoa física emitida pelo respectivo conselho profissional, em nome do Arquiteto ou Engenheiro Civil a ser designado como responsável técnico pela execução do serviço.

d) Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação de certidão e atestado:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados e quantitativos.

e) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

f) Os atestados deverão guardar semelhança e pertinência com o objeto da licitação, sendo desconsiderados os atestados irrelevantes.

g) Será aceito somatório de atestados para comprovação da quantidade mínima:

i) Diversidade de Serviços: O serviço de fiscalização de obras de engenharia em questão engloba uma variedade de tarefas e atividades. Uma empresa pode ter experiência em várias dessas atividades, mas em diferentes projetos. O somatório de atestados permite reconhecer essa diversidade de experiências.

ii) Flexibilidade e Competitividade: Permitir o somatório de atestados proporciona maior flexibilidade para as empresas licitantes e, conseqüentemente, amplia a competitividade do certame. Isso pode resultar em propostas mais vantajosas para a administração pública.

iii) Complexidade Técnica: A complexidade técnica do objeto licitado não se incrementa necessariamente com o aumento dos quantitativos. Portanto, a soma de experiências em diferentes projetos pode ser tão válida quanto a experiência em um único projeto de grande magnitude.

iv) Reconhecimento de Experiências Anteriores: Empresas que realizaram várias obras ou serviços de menor porte, mas que, somados, atingem a magnitude do objeto licitado, demonstram capacidade técnica e operacional. O somatório de atestados reconhece e valoriza essas experiências anteriores.

v) Avaliação Holística: A capacidade técnica de uma empresa não se restringe apenas à execução de grandes projetos. A habilidade de gerenciar múltiplos projetos menores, simultaneamente ou em sequência, também é um indicativo de competência e eficiência.

4.6. Da garantia da contratação

4.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições detalhadas nas cláusulas do termo de referência e do contrato.

4.7. Da vistoria

4.7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

4.7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, podendo ser agendada através do e-mail <nucont.rj@prf.gov.br>, para realização de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 16h00.

4.7.3. Para a vistoria, o representante da empresa, acompanhado por servidor designado para esse fim, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável da Licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.8. Da subcontratação

4.8.1. Considerando a especificidade da Contratação e a necessidade de gestão e controle únicos sobre o serviço de fiscalização de obra, NÃO será admitida a subcontratação para as atividades que constituam o objeto.

4.8.2. Justifica-se ainda a restrição à subcontratação a classificação do serviço como "especial de engenharia", com apoio de tecnologia, atividades amplamente ofertadas por fornecedores nacionais.

4.9. Da participação em forma de consórcio

4.9.1. Nesta licitação não será admitida a participação em forma de Consórcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

4.9.2. Justifica-se a restrição a classificação de serviço especial de engenharia, com apoio de tecnologia, atividades amplamente ofertadas por fornecedores nacionais.

4.9.3. A opção possibilita que fornecedores com melhor capacidade técnica e financeira sejam escolhidos, o que proporciona maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado e, assim, o resultado seja vantajoso técnica e economicamente para a União.

4.9.4. O consórcio, neste caso, enseja a participação de menor número de empresas, reduzindo a competitividade.

4.10. Participação de cooperativas

4.10.1. Por se tratar de fiscalização, enquadrada na Súmula TCU nº 281, que é um serviço executado no mercado em geral, haverá subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, NÃO será admitida a participação de fornecedor em forma de cooperativa.

4.10.2. Além disso, por meio do Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, a Advocacia Geral da União legitimou o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho:

[Parecer nº 00002/2023/DECOR/CGU/AGU]

(...)

II – Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado consiste na análise de alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo da solução a contratar, conforme disposto no Inciso V, do § 1º, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Da escolha da modalidade

5.2.1. A escolha da modalidade “CONCORRÊNCIA” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2.2. A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei nº 14.133 /2021, como adequada para contratação de serviços especiais de engenharia: [Lei nº 14.133/2021]

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

(...)

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

(...)

Art. 28. São modalidades de licitação:

II - concorrência;

(...)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

5.2.3. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

5.3. Análise de possíveis soluções

SOLUÇÃO 01: Fiscalização realizada por Servidor Policial Rodoviário Federal

A PRF não dispõe, em seu quadro de servidores, de engenheiros e/ou arquitetos. Além do mais, o servidor PRF possui diversas atribuições e demandas rotineiras que tornam inviável a alocação de um servidor para atender exclusivamente tal atividade.

Ademais, em análise ampla percebe-se que até os órgãos dotados de profissionais de engenharia e de arquitetura utilizam a execução indireta para a fiscalização de suas obras.

SOLUÇÃO 02: Contratação de empresa especializada para fiscalização, supervisão e assessoramento

A solução adota a terceirização da fiscalização da obra de engenharia.

Em razão desta cessão de tarefas e considerando que a Administração já dispõe de projeto com boa margem de precisão, com quantidades dos serviços a serem executados na fase contratual, a solução apresenta vantagens sobre a outra opção apresentada, como precisão na fiscalização contratual e controle total para que o projeto não resulte em dano à Administração.

Ainda, em termos técnicos, econômicos e de gestão internos na Contratante, os impactos decorrentes dessa solução trazem menor risco para a Administração, no entanto, exige-se do Fornecedor atenção na formulação de proposta para o orçamento da obra, em especial a taxa de BDI – Benefícios e Despesas Indiretas.

Solução 03: Fiscalização por ente público com servidores habilitados

A solução adota a cooperação com outro ente público com servidores em seu quadro funcional, portadores de diploma de curso superior relacionado à atividade e cuja função se enquadra em serviço de obras de engenharia.

Os órgãos federais enquadrados nesta qualificação desempenham atividades, normalmente, voltadas à construção, enquanto que as atividades de fiscalização são prestadas por meio de fornecedores contratados em licitações públicas, ou seja, é adotada a solução 02 analisada neste documento.

5.4. Conclusão sobre escolha da melhor solução

5.4.1. A execução da fiscalização da obra e dos serviços deve ser programada sempre em sua totalidade, com previsão de seu custo final, levando em conta o prazo total da execução, caracterizando-se a forma de execução indireta, quando a Administração contrata com terceiros a execução das obras e dos serviços, a mais indicada para a necessidade da PRF.

5.4.2. Assim, toda análise demonstra que a SOLUÇÃO 02: Contratação de empresa especializada para fiscalização, supervisão e assessoramento - é a mais viável para a construção da Unidade Operacional da PRF em Japeri/RJ (UOP Japeri)

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto da contratação é a prestação de serviço de assessoria técnica e acompanhamento da execução de obra para que a Contratante consiga garantir com razoável grau de certeza, qualidade e quantidade de serviços executados pela Construtora fiscalizada, bem como, tenha a seu dispor pessoal tecnicamente habilitado para antever problemas que possam ocorrer na obra, fornecendo as opções técnicas e economicamente viáveis para a solução de tais problemas.

6.1.1. Para efeitos deste Estudo Técnico Preliminar identifica-se como:

- Contratante: a Administração pública, neste caso a Polícia Rodoviária Federal;
- Contratada: a empresa de assessoria técnica e acompanhamento da obra;
- Construtora: a empresa executora das obras;
- Fiscalização: O fiscal de contrato, ou equipe de fiscalização do contrato, pertencentes ao quadro de servidores da Administração nomeados por esta através de portaria específica.

6.1.2. A mão de obra empregada na execução dos serviços deverá ter experiência nas áreas específicas de atuação, sendo qualquer treinamento necessário para atualização tecnológica de responsabilidade total da Contratada, inclusive custos.

6.2. Requisitos gerais dos serviços:

6.2.1. A Contratada deverá seguir rigorosamente o termo de referência e seus anexos, os projetos das edificações e possuir pessoal capacitado, treinado e experiente para a execução das atividades.

6.2.2. A Contratada deverá atentar-se as normas de segurança do trabalho, normas da ABNT, prefeitura local e demais normas aplicáveis.

6.3. Requisitos específicos dos serviços:

6.3.1. A empresa contratada deverá fornecer relatórios periódicos de progresso da obra, conforme estipulado no cronograma estabelecido, para acompanhamento e controle da Administração.

6.3.2. A contratada deve manter uma comunicação eficaz com a Administração ou e quem ela indicar, cooperando em todas as etapas do processo e fornecendo informações e esclarecimentos necessários de forma oportuna.

6.3.3. A empresa contratada deve indicar procedimentos para a resolução eficiente de conflitos e reclamações que possam surgir durante a execução da obra, buscando soluções amigáveis e rápidas.

6.4. O acompanhamento e fiscalização dos serviços da Construtora pela Contratada deverá ser contínuo e sempre elaborados relatórios.

6.5. Elaborar relatórios de acompanhamentos diários, semanais, mensais e medições, contendo informações relevantes para que a Contratante disponha sempre do máximo de informação possível para as tomadas de decisão e deverão trazer o conteúdo mínimo abaixo:

6.5.1. Relatório Diário (RD):

- Elementos identificadores da obra (nome, BR, Km, tipo de obra etc.) / data da emissão da Ordem de Serviço inicial da obra / data do RD / nº de dias transcorridos entre a data de emissão da OS e a data do RD;

- Condições do tempo (ex: tempo bom, se não houver chovido no dia; tempo chuvoso sem prejuízo aos trabalhos desenvolvidos; tempo chuvoso com necessidade de realocação das equipes para atividades não impactadas pela chuva; tempo chuvoso sem condições de execução em nenhuma das frentes de trabalho abertas, etc.);

- Frentes de trabalho em que houve atividade no dia;

- Descrição dos nomes, potências e quantidades de equipamentos (elétricos, a gasolina, a ar comprimido, etc.) empregados durante o dia de trabalho;

- Serviços subcontratados, indicando o nome do fornecedor, o serviço desenvolvido e o número de empregados deste fornecedor que atuaram na obra neste dia;

- Relato de fatos e/ou eventos relevantes;

- Problemas identificados ou prevenidos pela Contratada durante a execução da obra, com as respectivas alternativas de solução, se for o caso;

- Relato de atrasos na execução dos serviços com a indicação dos motivos de atraso (situação adversa, falta de pessoal, falta de material, falta de equipamentos e ferramentas, baixa produtividade da mão de obra, incapacidade técnica ou operacional da equipe, outros fatores).

6.5.2. Relatório Semanal (RS)

- Elementos identificadores da obra (nome, BR, Km, tipo de obra etc.) / data da emissão da Ordem de Serviço inicial da obra / data do RS / nº de dias transcorridos entre a data de emissão da OS e a data do RS;

- Condições do tempo (gráfico simplificado com legenda);

- Síntese dos RDs da semana, indicando todas as frentes de trabalho da semana e o número de homem - hora, equipamentos e subcontratados empregados pela construtora em cada frente;

- Apresentação de tabelas e outros elementos gráficos que permitam registrar todos os dados contidos nos RDs a que façam referência, sem necessidade das relações nominais (obrigatórias nos RDs);

- Apresentar todos os problemas e/ou eventos elencados por qualquer das partes que ainda estejam pendentes, bem como quantitativo de dias que cada problema permanece aguardando solução, independente da data em que foram registrados pela primeira vez, até que sejam solucionados, momento em que deverá registrar qual foi a solução adotada e não deverão mais ser registrados em futuros RS;

- Apresentar plano de recuperação semanalmente, caso as atividades apresentem atraso, contendo resumo de atrasos identificados;

- Imagens dos serviços realizados.

6.5.3. Relatório Mensal (RM)

- Elementos identificadores da obra (nome, BR, Km, tipo de obra etc.) / período ao qual se referem / condições do tempo (gráfico simplificado com legenda) / todas as frentes de trabalho abertas no período, indicando se foram concluídas ou não e, caso não tenham sido concluídas;
- Apresentar o percentual de execução no período de todas as frentes de trabalho que já estavam abertas em períodos anteriores;
- Indicar o percentual de execução acumulada anterior e o percentual de execução no período;
- Realizar análise e emitir um parecer prévio sobre o Boletim de Medição elaborado e apresentado pela construtora que será a base das medições mensais;
- Histograma de mão de obra;
- Imagens da evolução do serviço mensal;
- Informar os resultados e análise dos ensaios e testes realizados no período;
- Informar sobre a entrega do AS Built;
- Apresentar indicadores de desempenho e de qualidade da obra;
- Apresentar cronograma físico-financeiro detalhado;
- Apresentar curva S físico-financeiro.

6.5.4. Boletim de Medição (BM) Mensal

- Elementos identificadores da obra (nome, BR, Km, tipo de obra etc.) / período ao qual se referem;
- Planilha sintética de medição;
- Memória de cálculo da medição aprovada;
- Análise dos itens medidos; - Análise do andamento da obra, com o índice (tendência) de prazo da obra;
- Aferição do Instrumento de Medição de Resultado ou Relatório de aferição do Nível de Qualidade de Serviços;
- Avaliação das ocorrências relevantes identificadas no período correspondente a medição;

6.6. Informar e acompanhar todas as medidas que a Construtora tomar (ou omissões) caso ocorra qualquer acidente de trabalho, apresentando Relatório de Acidente de Trabalho (RAT).

6.6.1. Relatório de Acidente de Trabalho (RAT)

- Elementos identificadores da obra (nome, BR, Km, tipo de obra etc.) / período ao qual se referem;
- Data e hora do acidente; consequência e fator de morbidade; local do acidente, geral e específico com detalhamento; - Identificação do(s) acidentado(s);
- Descrição do acidente; tipo de acidente, fonte do acidente, ato inseguro, condição insegura, natureza de lesão, local da lesão;
- Identificação e avaliação preliminar de causas; providências adotadas pela Construtora na data do acidente;
- Providências adotadas pela Construtora após a data do acidente até o momento da elaboração do relatório;
- Cópia da comunicação de acidente de trabalho preenchida pela Construtora;

6.7. A contratada é responsável pela elaboração do As Built da obra de forma constante, registrando todas as informações em projetos e relatórios semanais e mensais, que deverão conter:

6.7.1. Relatório Semanal de As Built (RSAB)

- Elementos identificadores da obra (nome, BR, Km, tipo de obra etc.) / período ao qual se referem;
- Descrição das alterações de projeto efetuadas na semana;
- Apresentação dos motivos que ensejaram as modificações;
- Identificação de quem aprovou as modificações;

- Planta da alteração;
- Fotos em ângulos e quantidade suficiente para a perfeita identificação da modificação;
- Imagens 360 brutas das alterações (como os metadados de local, horário, modelo...)

6.7.2. Relatório Mensal de As Built (RMAB)

- Compilação dos relatórios semanais;
- Modelagem 3D (no caso de existência de projetos em BIM):
- Modelagem em 3D das alterações geométricas efetuadas, na cópia do modelo federado destinada ao As Built, fornecida pela Contratante em IFC 2x3 e IFC 4;
- Inserção no modelo das informações não geométricas dos elementos, como por exemplo, marca, modelo, link de fabricante, número de Nota Fiscal, entre outras, ou então as alterações realizadas nas especificações não geométricas.
- Projeto em CAD convencional (no caso de projetos não em BIM)
- Projetos em DWG de todas as pranchas em que se verificarem alterações dos projetos originais;
- Pranchas em PDF originários dos arquivos DWG alterados;
- Relatório de informações não geométricas dos elementos da obra, como por exemplo, marca, modelo, link de fabricante, número de Nota Fiscal, entre outras (desconsiderados materiais de uso cotidiano em obra como blocos cerâmicos, cimento argamassas, aço de construção, madeira, tubos e conexões, eletrodutos, fios, etc.);

6.8. A contratada será responsável pelos ensaios laboratoriais necessários a comprovação da conformidade da obra.

6.8.1. Os ensaios previstos durante a execução da obra e em momentos oportunos são:

- Ensaios de abatimento de tronco de cone do concreto fresco;
- Ensaios de resistência de concreto em corpos de prova;
- Ensaio de resistência de blocos cerâmicos e blocos de concreto;
- Ensaios de aderência de argamassa e revestimentos cerâmicos;
- Ensaio de aderência de sistema de pintura em estrutura metálica;
- Teste de pressão e estanqueidade de tubulações hidráulicas antes da execução de revestimento;
- Ensaios de solos do subleito de áreas pavimentadas com trânsito de veículos;
- Ensaios de compactação de subleito, sub-base e base de pavimentação;
- Ensaios da camada asfáltica e/ou de pavimento rígido e/ou poliédrico, com verificação de espessura de camadas, composição e resistência;

6.8.2. Na fase de comissionamento e de recebimento da obra:

- Aerolevantamento;
- Levantamento topográfico e planialtimétrico cadastral;
- Teste de funcionamento luminária;
- Teste hidrostático de rede de água;
- Teste de funcionamento aparelhos sanitários;
- Teste dos equipamentos frigorígenos;
- Teste físico-químico da água dos reservatórios;
- Teste e ensaio do SPDA e medição da resistência de aterramento;
- Verificação da atuação de dispositivos a corrente diferencial-residual;

- Certificação da rede de lógica;
- Teste térmico dos quadros elétricos sob carga;
- Escaneamento 3D (ao final da obra)
- Relatórios de recebimentos provisório e definitivo da obra.

6.9. Para serviço de acompanhamento e fiscalização da obra, a Contratada deverá contar com profissionais com domínio das atividades propostas, cabendo a responsabilidade pela entrega dos itens pretendidos e sua responsabilidade técnica.

6.10. A Contratada não deverá permitir a execução de novos serviços que impeçam ou dificultem a fiel identificação das peças, caminho percorrido, medidas e materiais empregados;

6.11. Sempre que houver divergência de opinião técnica entre a Contratada e a Construtora, sobre técnica construtiva, sequência das atividades, divergências na documentação técnica ou qualquer atividade que possa comprometer o prazo de entrega ou a qualidade da obra, tais fatos deverão constar no relatório diário do dia em que a divergência ocorrer, bem como indicação clara, objetiva e expressa sobre a necessidade ou não da suspensão da atividade e para qual frente de trabalho a(s) equipe(s) operacional (is) foi(ram) direcionada(s);

6.12. A aferição do serviço será feita pelas entregas dos produtos previstos na planilha orçamentária anexo do termo de referência.

6.13. A contratada irá acompanhar os serviços, atestar sua conformidade com as normas vigentes e embargar qualquer serviço que não esteja em conformidade com o projeto e normas.

6.14. Todos esses serviços visam a profissionalização, modernização e economia de manutenção, uma vez que estamos buscando obras de melhor qualidade maior durabilidade, por isto a necessidade de se ter uma boa equipe de fiscalização para garantir a correta execução do que foi projetado.

6.15. A equipe atuará em momentos distintos e com dedicações diferenciadas, concomitantes ou não, conforme cronograma previsto de execução de cada obra. O trabalho a ser realizado necessitará da equipe ao longo do período conforme o referido cronograma:

6.16. A equipe de profissionais deverá executar os seguintes serviços básicos:

- Fiscalizar e supervisionar os serviços da obra;
- Realizar teste e ensaios dos serviços;
- Elaborar relatórios e boletins de medições;
- Realizar o comissionamento da obra;
- Realizar e apoiar os recebimentos da obra.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades para serviços de obras de engenharia a serem contratadas são as seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Fiscalização e acompanhamento da obra de construção da Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal – Unidade Operacional da PRF em Japeri/RJ (UOP Japeri)	SERVIÇO	01

7.1.1. A contratação tem como objetivo final:

- Fiscalização e acompanhamento **obra de construção da Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal – Unidade Operacional da PRF em Japeri/RJ (UOP Japeri)**

7.1.2. A gestão contratual é realizada por equipe designada pela Autoridade Máxima Regional e gerida pelo Núcleo de Contratações Públicas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 151.896,37

8.1. O custo total estimado para a contratação é de R\$ 151.896,37 , baseado na tabela SINAPI e em tabelas orçamentárias alternativas, apresentando parâmetros mais realistas.

8.1.1. O custo total estimado por lote:

LOTE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	Custo Estimado
1	Fiscalização e acompanhamento obra de construção da Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal – Unidade Operacional da PRF em Japeri/RJ (UOP Japeri).	R\$ 151.896,37

8.2. O detalhamento da estimativa do custo total está descrito nas planilhas orçamentárias anexas ao Termo de Referência da contratação

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não se vislumbra o parcelamento do objeto tendo em vista que comprometeria a qualidade da prestação do serviço, dificuldade de apuração de possíveis descumprimentos contratuais e de responsabilidades.

9.2. A contratação de empresa única para fiscalizar cada obra/item, permitirá melhor acompanhamento, bem como futuras responsabilizações.

9.3. Trazemos aqui perguntas e respostas sugestivas do TCU quanto a viabilidade do parcelamento. Texto extraído do link: <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm>:

- É tecnicamente viável dividir a solução? Não. Os itens estão bem definidos em planilha de formação de custo e individualizados e correlacionados.
- É economicamente viável dividir a solução? Não. Os itens estão bem definidos em planilha de formação de custo e precisa de subordinação e responsabilidade técnica.
- Não há perda de escala ao dividir a solução? Sim. O parcelamento trará risco de não haver empresas interessadas na prestação do serviço como um todo.

9.4. A contratação para a fiscalização da execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a fiscalização da execução da obra por uma única empresa, considerando a completitude do projeto e a sua média complexidade.

9.5. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, sendo a centralização da responsabilidade em uma única contratada considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

9.6. Justifica ainda decisão de não parcelar a solução por razões técnicas, como:

- Integração e Sinergia: Uma solução única permite uma integração mais eficiente de diferentes elementos construtivos, o que resulta em sinergias que otimizam os processos e minimizam possíveis interferências entre as diversas etapas da obra.
- Controle de Qualidade e Padronização: Uma contratação de uma única empresa o objeto oferece maior controle sobre os padrões de qualidade, uma vez que é possível implementar procedimentos padronizados em todo o projeto, o que reduz a variação na qualidade e facilita a implementação de práticas uniformes.
- Gerenciamento Simplificado: Gerenciar um único projeto é geralmente mais simples do que coordenar múltiplos contratos para obras parceladas, o que reduz a complexidade administrativa, facilitando o monitoramento e controle efetivos durante todas as fases de construção.
- Economia de Escala: O parcelamento do objeto pode resultar em custos adicionais, uma vez que cada contrato pode envolver despesas administrativas separadas, sendo que a execução conjunta do projeto como um todo pode proporcionar economia de escala, reduzindo os custos administrativos e logísticos.
- Redução de Riscos de Coordenação: O parcelamento de objetos frequentemente aumenta os desafios de coordenação entre diferentes prestadores de serviços, o que pode levar a atrasos e custos extras, sendo que o inverso produz riscos de descoordenação reduzidos, contribuindo para a entrega mais eficiente e dentro do prazo pretendido pela PRF.
- Facilidade de Supervisão: A supervisão de um único contrato é mais direta e eficaz do que a supervisão de vários contratos, o que contribui para a garantia de que o projeto seja executado conforme especificações técnicas e requisitos contratuais.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Processo de Contratação de obras de para executar a finalização da obra de construção da Unidade Operacional de Japeri/RJ (Processo SEI : 08657.037283/2025-07).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação pretendida tem relação direta com o Plano Estratégico 2023-2028 desta administração (disponível em <<https://www.gov.br/prf/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-estrategico>>):

ID	OBJETIVO
PE-01	Construir e reformar Sedes, delegacias e unidades operacionais pelo Brasil, baseado nas Leis Nº 9.636 de 15 de maio de 1998. Art. 30, §§ 1º e 2º e Nº 14.011 de 10 de junho de 2020 – DOU, Art. 23-A

11.2. Adequação aos RESULTADOS INSTITUCIONAIS:

- Redução da violência no trânsito nas rodovias federais do País;
- Promoção da mobilidade nas rodovias federais.
- Intensificação do enfrentamento à criminalidade nas rodovias federais e áreas de interesse da União.

11.3. Adequação aos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Intensificar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Fomentar ações preventivas da mobilidade nas rodovias federais;
- Intensificar ações responsivas de promoção da livre circulação;
- Potencializar ações de enfrentamento à criminalidade.
- Fomentar o bem-estar, o desenvolvimento de competências, a disciplina e o desempenho dos servidores;
- Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de uma empresa de engenharia especializada para a fiscalização da obra visa alcançar ganhos diretos e indiretos essenciais à efetividade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, conforme disposto no inciso X do art. 7º da IN 40/2020. A fiscalização atua como elemento crucial para o atingimento dos resultados pretendidos pela Administração, justificando o dispêndio envolvido.

12.2. Benefícios Diretos (Economicidade, Eficácia e Eficiência):

12.2.1 **Garantia da Qualidade Técnica (Eficácia):** Conformidade da obra com projetos, especificações e normas técnicas em 100% dos serviços executados. Assegurar que os materiais, serviços e métodos construtivos empregados estejam em estrita observância com o projeto executivo e a legislação aplicável, minimizando o risco de falhas estruturais, patologias e a necessidade de correções futuras (retrabalho).

12.2.2 **Controle de Custos e Prazos (Economicidade/Eficiência)** - Não ocorrência de pagamentos indevidos por serviços não executados ou medições superestimadas. Conclusão da obra dentro do prazo contratual estabelecido. Atuar na conferência rigorosa das medições e documentos para atestar a efetiva execução dos serviços antes da liberação dos pagamentos, prevenindo prejuízos ao erário. Monitorar o cronograma físico-financeiro para garantir o cumprimento do prazo contratual, evitando custos indiretos com prorrogações.

12.2.3 **Mitigação de Riscos de Engenharia (Eficácia)** - Redução em [percentual] de Aditivos Contratuais ou Reequilíbrios Econômico-Financeiros (exceto aqueles decorrentes de atos da Administração). Acompanhar o planejamento e a execução, identificando preventivamente problemas e desvios que, se não corrigidos, levariam a alterações contratuais onerosas ou à paralisação da obra.

12.2.4 **Melhor Aproveitamento dos Recursos (Eficiência)** - Utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros da Administração de forma otimizada. Liberar o corpo técnico do Órgão Contratante de tarefas diárias de acompanhamento em campo para que se dediquem a atividades finalísticas e estratégicas, enquanto a contratada de fiscalização aloca seus especialistas na obra.

12.3. Benefícios Indiretos e de Desenvolvimento Sustentável

12.3.1 **Responsabilidade Legal e Contratual:** Acompanhamento e registro documental completo e detalhado para fins de prestação de contas aos órgãos de controle (TCU), garantindo a transparência e a segurança jurídica da Administração em todas as etapas da execução.

12.3.2 **Melhoria da Qualidade do Produto Final:** Ao garantir a correta execução, o bem público (a obra) será entregue com durabilidade e funcionalidade plenas, prolongando sua vida útil e reduzindo custos futuros com manutenção corretiva.

12.3.3 **Sustentabilidade:** Fiscalizar e atestar o cumprimento das normas ambientais previstas no projeto e no contrato, tais como o gerenciamento adequado de resíduos, a mitigação de impactos ambientais e, se for o caso, a correta aplicação de soluções que promovam a eficiência energética ou o uso racional de recursos.

12.3.4 **Efetividade do Investimento Público:** Assegurar que a obra seja concluída conforme o escopo original e comece a cumprir sua função pública no prazo previsto, atendendo prontamente à necessidade da sociedade que originou o investimento.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Providências a serem adotadas:

- Capacitação de servidores em curso de fiscalização de obras e serviços de engenharia, visando preparar os fiscais técnicos e administrativos na gestão contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços de fiscalização e assessoramento da obra não envolve a produção de dejetos prejudiciais ao meio ambiente, por ser uma atividade eminentemente intelectual e de acompanhamento, sendo que os aspectos de sustentabilidade da obra constam como obrigações da executora da obra.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Declaramos que, s.m.j. da Autoridade do Órgão, a CONTRATAÇÃO, da forma como exposta é plenamente VIÁVEL, tendo em vista a necessidade da execução da referida obra da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro/RJ, propiciando melhores condições de trabalho aos servidores e melhor atendimento aos usuários das rodovias.

15.2. A execução da obra de construção será acompanhadas por empresa que será contratada especificamente para prestação de serviço de fiscalização e ainda pela equipe de fiscalização administrativa da SPRF/RJ.

15.3 A análise técnica evidenciou que a solução proposta é exequível, atende aos requisitos de desempenho e qualidade esperados, e se mostra a mais vantajosa sob os aspectos técnicos, operacionais e econômicos, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELISABETE DA CUNHA MARTINS SILVA

Integrante Administrativa



Assinou eletronicamente em 12/01/2026 às 12:49:13.

TALEB FRANCISCO DE OLIVEIRA

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 12/01/2026 às 14:34:50.